

1 **COMISSÃO NACIONAL DE BIODIVERSIDADE - CONABIO**

2 **Ata da 56ª Reunião Ordinária**

3

Data: 04 de junho de 2014	Local: Anexo do Ministério do Meio Ambiente Sala CT-01, 1º andar, SEPN 505, lote 2, bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz
----------------------------------	---

Duração:
10:00 hs -18h00

Estiveram presentes os seguintes **membros da Comissão:** o Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** (Titular), e a Sr. **Lídio Coradin** (suplente), Sr^a. **Daniela América Suarez de Oliveira** (suplente), representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA; a Sra. **Claúdia Maria Correia de Mello** (titular) representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; o Sr. **Marcio Antônio Teixeira Mazzaro** (suplente) representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; a Sra. **Andrea Ferreira Portela** (titular) representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; o Sr. **Marco Aurélio Pavarino** (titular) representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; o Sr. **Marcos Antônio Pereira de Oliveira Silva** (titular), a Sra. **Raquel de Oliveira Alves** (suplente) e a Sra. **Elisa Monteiro Malafaia** (suplente) representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG; o sr. **Sr. Saulo Arantes Ceolin** (titular) e a Sra. **Larissa Maria Lima Costa** (suplente), representantes do Ministério das Relações Exteriores - MRE; a Sra. **Marcia Chame dos Santos** (titular), representante do Ministério da Saúde – MS; o Sr. **João Batista Campos** (suplente) representante da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA); o Sr. **Nelson Ananias Filho** (titular), representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; a Sra. **Elisa Romano Dezolt** (suplente), representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; o Sr. **Alberto Marques Santos** (suplente) representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; o Sr. **Francisco Iglesias** (suplente), representante da FBOMS (Movimentos Sociais). Também estiveram presentes nesta reunião como **convidados:** a Sra. **Patrícia Medeiros** representante do Ministério da Defesa - MD, Sra. **Camila Oliveira** e Sr. **João Arthur Seyffarth** representantes do DCBIO/MMA; Sr. **Sérgio Collaço Carvalho** representante do DAP/MMA; sra. **Eliana Maria Gouveia Fontes**, representante do DPG/MMA Sra. **Beatriz Bulhões** representante da CNI; e como **membros da Secretaria Executiva da CONABIO:** a Sra. **Juliana Carvalho Frota Mattos** e o Sr. **Luciano Filho**.

Pauta aprovada:

1. Abertura

2. Aprovação da pauta

3. Aprovação da ata da 55º Reunião Ordinária

4. Assuntos para discussão

4.1 Apresentação do projeto “Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica”

4.2 Definição da metodologia para construção dos indicadores das Metas Nacionais de Biodiversidade.

4.3. Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade

4.4 Discussão sobre os documentos preparatórios para 18ª Reunião do SBSTTA

4.5. Estudos sobre os impactos da adoção e implementação do Protocolo de Nagoya para a indústria brasileira

5. Informes

5.1. Realização da MOP7 (7ª Conferência das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança), COP12 e MOP Nagoya

5.2. 5º Relatório Nacional para a CDB

5.3. Comemoração do Dia Internacional da Biodiversidade

5.4 Projeto ARPA

6. Encerramento

4 **1. Abertura da Reunião, 2. Aprovação da pauta e 3. Aprovação da ata da 55º Reunião**
5 **Ordinária**

6
7 Ao 4º dia do mês de junho de 2014, no anexo Ministério do Meio Ambiente, localizado na SEP
8 505, Bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, Sala CT-01, Brasília– DF, realizou-se a 56ª reunião
9 Ordinária da CONABIO. O Sr. **Carlos Alberto Scaramuzza**, presidente em exercício, saudou os
10 participantes e propôs que se iniciasse a informalmente a discussão sobre propostas de inclusão
11 de pauta e considerações sobre a ata da 55º Reunião, para respectivas deliberações na presença
12 de quórum. O Sr. **Francisco Iglesias** fez objeção ao início da reunião e discussão de pauta na
13 ausência de quórum. O Sr. **Carlos Alberto Scaramuzza** alegou que os participantes não estavam
14 aprovando a pauta e que as sugestões se tratavam de uma conversa informal antes do início da
15 reunião. O Sr. **Márcio Antônio Teixeira Mazzaro** disse que não via objeção em iniciar a reunião e

16 não deliberar por ausência de quórum. Com o atingimento do quórum necessário, o Sr. **Carlos**
17 **Alberto Scaramuzza**, deu início a 56ª Reunião Ordinária às 10h30, aprovou a ata da 55ª Reunião
18 Ordinária e passou para o ponto de discussão.

19

20 **4. Assuntos para discussão**

21

22 A discussão do item 4.1 foi transferida para a tarde iniciando-se assim a discussão do item 4.2.

23

24 **4.2 Definição dos indicadores para as Metas Nacionais de Biodiversidade**

25

26 A **Srª. Camila Oliveira** informou que o Painel Brasileiro de Biodiversidade – PainelBio foi
27 criado durante uma reunião que ocorreu no dia 27 de maio, da qual participaram 17
28 instituições. Destacou que o PainelBio é uma plataforma colaborativa inter setorial, cuja
29 proposta foi amadurecida ao longo de diversas reuniões desde 2011 no âmbito do Projeto
30 Probio II, incluindo os Diálogos sobre a Biodiversidade e a Rio+20. A missão do PainelBio
31 é integrar esforços para promover o alcance das Metas de Aichi no Brasil e sua Secretaria
32 Executiva será exercida pela IUCN. A primeira tarefa do PainelBio será a de auxiliar no
33 estabelecimento de indicadores de monitoramento das Metas Nacionais de
34 Biodiversidade, aprovadas por meio da Resolução Conabio nº. 6, de 03 de setembro de
35 2013. Ressaltou a previsão de realização de cinco oficinas de dois dias, uma para cada
36 Objetivo Estratégico das Metas, abertas a participação de representantes de todos os
37 setores envolvidos. O **Sr. Carlos Scaramuzza** destacou que cada oficina terá um
38 documento de revisão (*white paper*) com dois grandes capítulos: um com um
39 levantamento não exaustivo das definições disponíveis para os conceitos relacionados às
40 metas daquele objetivo e outro com um levantamento do que já existe em relação a
41 indicadores. Destacou que o resultado das oficinas será encaminhado para a Conabio.
42 Respondendo a dúvidas dos **Srs. Marcos Antônio Silva, Nelson Ananias e Márcio**
43 **Mazzaro**, o **Sr. Carlos Scaramuzza** salientou a importância da participação dos diversos
44 setores que tenham relação com cada meta e destacou que todos os membros da
45 Conabio serão convidados para as oficinas. O **Sr. Francisco Iglesias** sugeriu a
46 participação do IBGE. O **Sr. Márcio Mazzaro** colocou sua preocupação de que a definição
47 de conceitos e criação de indicadores geram obrigações, que, dependendo de como
48 sejam conduzidas, trarão sério impacto nas políticas. Em se tratando do Governo Federal,
49 nenhum órgão público pode ser obrigado a implementar determinados conceitos,
50 indicadores ou metas sem um decreto presidencial ou uma lei que traga essa obrigação.
51 Além disso, disse que qualquer obrigação ou encaminhamento que saia da Conabio ou do
52 próprio Governo Federal deve passar pelo Congresso Nacional, gerando uma discussão
53 de todos os setores e não apenas dentro de Governo, onde a participação é limitada. A
54 **Srª. Márcia Chame** enfatizou que as metas já foram estabelecidas e o Brasil precisa
55 cumprir o compromisso, pois isso não está em negociação. Explicou a necessidade de se
56 acompanhar o alcance dessas metas, daí a proposta de discussão no PainelBio, com a
57 participação de instituições de vários setores e não somente da área ambiental. Destacou
58 que os órgãos precisam garantir a presença de técnicos durante todas as discussões para
59 depois não haver reclamações de que o resultado não saiu como deveria. Salientou a
60 importância da definição dos conceitos para garantir segurança jurídica. O **Sr. Márcio**
61 **Mazzaro** solicitou que o *white paper* seja encaminhado aos participantes com no mínimo
62 15 dias de antecedência. A **Srª. Camila Oliveira** esclareceu a estrutura de governança do
63 PainelBio, que é composto de Secretaria Executiva (IUCN), Conselho Deliberativo e cinco
64 Núcleos Temáticos, um para cada Objetivo Estratégico, sobre os quais serão realizadas
65 as oficinas para discussão dos conceitos e indicadores das Metas. O **Sr. Francisco**
66 **Iglesias** reforçou a importância de um processo que garanta a participação de entidades
67 da sociedade civil relacionadas a essa discussão, pois muitas entidades não têm recursos

68 para o deslocamento. Destacou que o principal viés das metas é justamente o seu
69 acompanhamento, de modo a verificar o cumprimento por cada país, o que só pode ser
70 feito por meio de indicadores. O **Sr. Carlos Scaramuzza** disse que irá envidar os
71 melhores esforços para assegurar a participação das instituições relacionadas a cada
72 meta, de modo a assegurar a legitimidade do processo. Sugeriu também que na próxima
73 reunião da Conabio seja incluída na pauta uma apresentação sobre o PainelBio feita pela
74 IUCN, como Secretária Executiva, de modo que todos possam entender melhor as
75 diversas formas de participação. O **Sr. Márcio Mazzaro** solicitou alguns esclarecimentos a
76 respeito da estrutura e funções do PainelBio e sugeriu que fosse colocada em votação
77 uma solicitação da Conabio para que o PainelBio auxilie no processo de construção dos
78 indicadores das Metas Nacionais de Biodiversidade, de modo a referendar a
79 recomendação e fazer a ligação dessa primeira tarefa do PainelBio com a Conabio.
80 Também explicitou a vontade do MAPA em fazer parte do PainelBio. O **Sr. Francisco**
81 **Iglesias** perguntou se o PainelBio foi aprovado no âmbito da Conabio e as **Sr^{as}. Márcia**
82 **Chame** e **Elisa Dezolt** e os **Srs. Lidio Coradin** e **Carlos Scaramuzza** explicaram que o
83 PainelBio é um consórcio de instituições independente da Conabio. Fizeram um pequeno
84 histórico das etapas que antecederam a criação do PainelBio. Após uma longa discussão
85 sobre a necessidade ou não de deliberação sobre o processo de oficinas proposto, o **Sr.**
86 **Carlos Scaramuzza** colocou em votação a alteração do texto do item 4.2 da pauta de
87 “Definição dos indicadores para as Metas Nacionais de Biodiversidade” para “Definição da
88 metodologia para construção dos indicadores das Metas Nacionais de Biodiversidade”,
89 juntamente com a deliberação pela aprovação do processo proposto. Votaram
90 favoravelmente: **Marcos Pavarino, MDA; Nelson Ananias, CNA; Márcio Mazzaro,**
91 **MAPA; Elisa Malafaia, MPOG; Francisco Iglesias, Fboms; Andrea Portela, MCTI;**
92 **Lidio Coradin, MMA; Elisa Romano, CNI; Alberto Santos, CONTAG; João Batista**
93 **Campos, Abema; Márcia Chame, MS; Cláudia Melo, Ibama.** Nenhum voto contrário e
94 nenhuma abstenção. A proposta foi aprovada por unanimidade. Após o intervalo para o
95 almoço, o **Sr. Carlos Scaramuzza** propôs a discussão dos itens 4.4 e o 4.5 antes dos 4.1 e 4.3
96 sem manifestação contrária a proposta.
97

98 **4.4 Discussão sobre os documentos preparatórios para 18ª Reunião do SBSTTA (*Subsidiary*** 99 ***Body on Scientific, Technical and Technological Advice*)**

100
101 O **Sr. Carlos Scaramuzza** informou que haverá um destaque interessante sobre o Brasil no 4º
102 relatório do ‘*Global Biodiversity Outlook*’ – *GBO4*, um box específico sobre modelagem do uso das
103 terras. Relatou que entre os documentos para a reunião do SBSTTA preparados há uma
104 atualização do alcance das metas da estratégia global de conservação de plantas, um relatório
105 sobre os avanços relacionados às áreas significativamente importantes para conservação do
106 ambiente marinho, um sumário dos encontros onde foram discutidos os critérios para identificação
107 dessas áreas importantes para conservação marinha, e também um relatório sobre impactos
108 relacionados com ruídos e sons submarinos, usados em prospecção de petróleo, radares e lixo
109 marinho sobre a biodiversidade costeira e marinha. Há também documentos sobre: planejamento
110 espacial da conservação marinha, espécies invasoras, importância de biodiversidade na mitigação
111 de mudanças climáticas e adaptação, sistemas de conservação e restauração, definições de
112 termos chaves relacionados a biocombustíveis e biodiversidade, uso sustentável de
113 biodiversidade, caça e manejo de vida selvagem sustentável e um sobre saúde e biodiversidade.
114 A **Sr^a. Márcia Chame dos Santos** destacou que é a primeira vez que a saúde está sendo
115 apresentada em um documento formal para ser discutida durante a próxima COP - Conferência
116 das Partes da CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica e que desde 2012 foram feitas duas
117 oficinas, uma em Manaus, Brasil, e outra na África. Informou que foi iniciada a elaboração de um
118 documento de base para essas discussões, que está sendo retomado para ser apresentado

119 durante a próxima COP da CDB. Algumas questões desse documento poderiam ser firmadas na
120 COP como ponto importante para o Brasil. Uma delas é sobre o Protocolo de Nagoya, da
121 importância dos patógenos fazerem parte da biodiversidade, uma vez que podem se tornar
122 produtos importantes para o Brasil, como vacinas, kits diagnósticos, medicamentos e várias outros
123 fins. Considera importante que seja aprovado o PL de acesso e repartição de benefícios para
124 fortalecer e dar segurança jurídica para investimentos na área de biotecnologia no Brasil, e para
125 que se tenha acordos internacionais equilibrados e justos. Destacou também a necessidade de
126 capacitação de instituições para Biotecnologia. Por último, propôs que sejam elaboradas
127 *guidelines*, que possam aproximar a temática biodiversidade da temática saúde em aspectos
128 práticos. O Sr. **Saulo Arantes Ceolin** expôs que o assunto é de interesse do Itamaraty e que o
129 mesmo vem conduzindo uma preparação para a construção da posição do Brasil para as duas
130 reuniões que vão acontecer em Montreal (18º SBSTTA e 5º WGRI). Destacou que o WGRI
131 (*Working Group on the Review of Implementation of the Convention*) é o GT sobre a
132 implementação da Convenção. Relatou que, pelo menos, duas reuniões de Governo foram
133 realizadas para tratar dos temas que foram listados, com a participação da sociedade civil e
134 presença de entidades como a CNI, CNA e CONTAG. Outros temas de interesse para o Brasil
135 são: biologia sintética, com potenciais impactos para biodiversidade com também a questão de
136 biocombustíveis e biodiversidade. Destacou que uma questão bastante debatida nas reuniões foi
137 o processo conhecido por EBSAs (*Ecologically or Biologically Significant Marine Areas*); trata-se
138 de um processo técnico-científico para a identificação de áreas marinhas com grande
139 biodiversidade que pode ser útil no processo interno de definição de novas áreas marinhas
140 protegidas. Chamou a atenção para um tema do WGRI, que também será tratado pelo SBSTTA,
141 que é a questão de como os *stakeholders*, os grupos de interesse, têm sua relação com a CDB.
142 Destacou a relação com a iniciativa privada e outro com a relação da CDB com os grandes grupos
143 da ONU e que existe nos documentos informações sobre como os grupos de interesse participam
144 das reuniões da CDB, como interagem com as partes e com o Governo nessas reuniões.
145 Descreveu que tem havido interesse de entidades da sociedade civil, e da iniciativa privada de se
146 juntar a delegação do Brasil para participar tanto da reunião do SBSTTA quanto da COP. Finalizou
147 dizendo que os temas destacados são aqueles que encontrarão mais dificuldades nas
148 negociações e que acredita que o tema central será a preparação do próximo relatório global
149 sobre a biodiversidade e a contribuição do Brasil para esse relatório. A Sr^a. **Larissa Maria Lima**
150 **Costa** colocou que tanto o WGRI quanto o SBSTTA discutirão temas que têm relação direta com
151 aqueles discutidos na Conabio em relação à implementação das metas, uma vez que a
152 implementação da Convenção vai avaliar o estágio atual da implementação das metas e das
153 estratégias, inclusive do Plano Estratégico da Biodiversidade da CDB, 2011/2020. Outro tema que
154 vai ser importante no WGRI e na COP, é a estratégia de financiamento e mobilização de recursos
155 para a implementação das metas do Plano Estratégico da CDB, que tem relação direta com o
156 mapeamento interno dos recursos já investidos em meio ambiente, biodiversidade, e dos recursos
157 necessários para cumprir as metas nacionais. O mapeamento interno do país balizará o
158 estabelecimento de metas internacionais, de aumento de recursos para biodiversidade para os
159 países em desenvolvimento. Reforçou a necessidade que o Brasil vá para a COP com esses
160 dados para que se tenha base para negociar uma situação que seja favorável ao Brasil. Informou
161 que existe um documento específico do WGRI, que também será discutido no SBSTTA que
162 sugere marcadores temporais para se implementar a Meta 3 de Aichi. Propôs que seria
163 interessante ouvir dos Ministérios, das instituições, dos representantes da sociedade civil
164 interessados no tema, suas posições em relação a esse documento. Em resposta à solicitação da
165 Sr^a. **Raquel de Oliveira Alves**, quanto à iniciativa junto ao Ipea de mobilização de recursos e
166 metodologia, o Sr. **Carlos Scaramuzza** esclareceu que o Ipea tem uma linha de pesquisa de
167 levantamento dos recursos do PPA para a área ambiental e que há um entendimento de apoio
168 nesse esforço. A ideia é que usando a mesma metodologia que eles estão definindo, também seja

169 possível levantar essas informações de outras esferas que não sejam só do Governo Federal. Há
170 também uma proposta de usar o poder de convocatória da CNI para levantar informações do setor
171 privado, aplicando a mesma metodologia, para juntar esses números. Vão ter indicadores diretos
172 e indiretos. A ideia é fortalecer um grupo de pesquisa permanente, acompanhando e identificando
173 os melhores métodos. Em resposta à Sr^a. **Elisa Monteiro Malafaia**, a Sr^a. **Larissa Maria Lima**
174 **Costa** esclareceu que documento que sugere marcadores temporais para as partes não requer
175 nenhuma ação imediata e que apenas propõe esses marcadores para orientar o trabalho interno
176 de cada País. O Sr. **Saulo Arantes Ceolin** lembrou que os prazos para receber contribuições
177 sobre os documentos do WGRI e do SBSTTA venceram e solicitou que as sugestões sejam
178 enviadas o mais rapidamente possível. Em resposta ao Sr. **Francisco Iglesias**, Sr. **Saulo Arantes**
179 **Ceolin** esclareceu que há trabalhos, por exemplo, da OCDE (Organização para a Cooperação e
180 Desenvolvimento Econômico), e de outras instituições, como Banco Mundial, Pnuma, que tentam
181 dar algum tipo de orientação mais técnica e específica para identificação e eliminação de
182 subsídios perversos.

183 184 **4.5 Estudos sobre os impactos da adoção e implementação do Protocolo de Nagoya para a** 185 **indústria brasileira**

186
187 A Sr^a. **Elisa Romano Delzot** realizou apresentação do “Estudo sobre os impactos da adoção e
188 implementação do Protocolo de Nagoya para a indústria brasileira”. Destacou que a meta 16 das
189 Metas de Aichi trata da ratificação do Protocolo de Nagoya até 2015. Ressaltou que os resultados
190 dos estudos não representam um posicionamento da CNI. A interpretação é a de que existem
191 muitas incertezas no âmbito do Protocolo, sobre como os outros países vão lidar com suas
192 legislações nacionais, para implementar o Protocolo e como vão fazer suas regras para
193 autorização e repartição de benefícios. Nos estudos, foram criados três cenários nomeados
194 aleatoriamente de Alfa, Beta e Gama e que foram usados tanto produtos que o Brasil é provedor
195 quanto usuário. Destacou que não está claro se alguns produtos, a exemplo das *commodities*,
196 estariam ou não sob as regras do Protocolo. Ressaltou que outros assuntos, que não estão claros
197 no Protocolo de Nagoya também devem ser discutidos como: biologia sintética, engenharia
198 metabólica, recursos genéticos para alimentação e agricultura, recursos genéticos em áreas além
199 da jurisdição nacional. Questionou ainda o recorte temporal, como por exemplo, como ficaria a
200 situação em relação ao que foi acessado antes da entrada em vigor do Protocolo. Explicou que
201 muitas incertezas vão decorrer das definições nas legislações nacionais de cada País causando
202 um impacto para os cumpridores dessas legislações. A Sr^a. **Beatriz Bulhões** explicou que no
203 escopo ampliado todos os produtos de bens baseados em recursos genéticos atuais e futuros
204 entrariam nas regras do Protocolo. No escopo restrito apenas entrariam nas regras novos
205 produtos de bens baseados em recursos genéticos. O provedor ampliado representaria os
206 recursos genéticos originários e os exóticos introduzidos e regulares, e o provedor restrito
207 representaria apenas os recursos genéticos originários. Expôs que o cenário Alfa representa o
208 escopo restrito e provedor ampliado, o cenário Beta representa escopo ampliado e provedor
209 restrito enquanto que o Gama é o cenário de não ratificação do Protocolo. Destacou que no
210 escopo restrito os recursos genéticos para agricultura e alimentação não seriam tratados no
211 âmbito do Protocolo de Nagoya porque há um artigo que diz que esses recursos devem ser
212 abordados por outros tratados em vigor, como o TIRFAA (Tratado Internacional Sobre Recursos
213 Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura). Colocou que o cenário Beta teria o impacto da
214 repartição dos benefícios para as *commodities* e que recursos genéticos para alimentação e
215 agricultura seriam considerados também para fins de repartição de benefícios, colocando o Brasil
216 como um usuário líquido de recurso genético e pagador de repartição de benefícios. Esse cenário
217 tem um impacto maior em termos econômicos porque todos os produtos teriam repartição de
218 benefícios. Esclareceu que no cenário Gama, se o Brasil não ratificar o Protocolo terá que cumprir

219 a legislação dos outros países, independente de ser signatário ou não do Protocolo e para isso
220 teria que ter um poder de barganha maior. O Brasil terá que se preparar para enfrentar diferentes
221 situações de negociação bilateral, e multilateral, porque está fora da negociação no âmbito do
222 Protocolo. A Sr^a. **Elisa Romano Delzot** concluiu que o Protocolo ainda deixa muitas dúvidas entre
223 o que pode ser ameaça e oportunidade e que há a necessidade de se continuar estudando e
224 discutindo. Colocou que para o país não ratificar o Protocolo significa ficar de fora das principais
225 negociações. A Sr^a. **Beatriz Bulhões** explicou que o cenário Beta é o mais desfavorável para o
226 Brasil e que a ideia é tentar que o país possa definir algum posicionamento mais na linha do
227 cenário Alfa que é mais favorável. O Sr. **Marco Aurélio Pavarino** colocou que entende que o
228 tema dos recursos genéticos para alimentação e agricultura seja uma preocupação conjunta do
229 MDA e do MAPA. Chamou a atenção para o uso do termo “alimentação e agricultura”, dentro do
230 contexto do cenário alfa, ressaltando que alguns produtos da sociobiodiversidade são agricultura,
231 mas não alimentação. Lembrou que alguns temas ficaram em aberto no Protocolo de Nagoya
232 como, por exemplo, o tema “conhecimentos tradicionais associados”. O Sr. **Nelson Ananias Filho**
233 destacou que, mesmo levando em consideração os tratados como o TIRFAA, a proposta seria
234 desfavorável à agricultura, pecuária, devido ao espectro de variedades de recursos o que TIRFAA
235 põe e compõe. Destacou a necessidade de discutir essa questão no Protocolo ou de se ter uma
236 discussão especial para os materiais que são de produção de agricultura e pecuária. Destacou
237 também a necessidade de discussão da legislação interna, a revisão da MP, para que se possa
238 trabalhar a questão de maneira internacional. O Sr. **Saulo Arantes Ceolin** esclareceu que
239 TIRFAA e Protocolo de Nagoya preveem além da repartição de benefício monetária, uma série de
240 outras formas de repartição de benefício. Alertou que o cenário de não ratificação representa risco
241 para o país porque os países podem contestar a legitimidade como parte recebedora e mencionou
242 também o risco relacionado à biopirataria de produtos melhorados no país. Destacou que no
243 TIRFAA o conceito de alimentação e agricultura é claro, e sugeriu que, caso assim se decida,
244 internamente o conceito pode ser ampliado para incluir fibras, biocombustíveis e produtos
245 utilizados na agricultura. No seu entendimento, apesar de no documento não estar especificado,
246 as *commodities* não estão incluídas no Protocolo de Nagoya desde a época da negociação.
247 Sugeriu que uma das possíveis tarefas do Brasil, como parte do Protocolo, será se posicionar
248 nesse assunto. Argumentou que os conhecimentos tradicionais associados estão claramente
249 listados como parte dos recursos genéticos. O Sr. **Márcio Antônio Teixeira Mazzaro** reiterou a
250 necessidade de se ter uma nova legislação interna de acesso e repartição de benefícios.
251 Destacou que, para a agricultura, a autorização prévia e a contratação prévia, a anuência prévia
252 do País para que você possa fazer o acesso considerado problemático e que a concepção de
253 acesso a recursos genéticos para agricultura e alimentação têm uma sistemática diferente de
254 exploração para fármaco ou para cosmético. Entende que antes da ratificação há a necessidade
255 de uma nova legislação que proteja a agricultura nacional e indústria aos supostos
256 enfrentamentos com Protocolo de Nagoya. Em relação às *commodities* cada País vai estabelecer
257 suas diretivas ao exemplo da Índia, e que o Protocolo reverte às legislações nacionais à
258 autorização e à forma de repartir benefício. Ressaltou a necessidade de se atentar ao impacto
259 transacional para o acesso a recursos genético além do econômico e financeiro. A Sr^a. **Eliana**
260 **Maria Gouveia Fontes** colocou que o entendimento do MMA é de que o Brasil deve ratificar o
261 Protocolo e que é importante que se adote alguns posicionamentos importantes particularmente
262 voltados para a proteção do agronegócio nacional. Destacou que muitas conclusões do estudo
263 apresentado emanaram das discussões inseridas na proposta do novo marco legal. Ressaltou que
264 não há necessidade de aguardar o marco legal para ratificação do Protocolo porque as premissas
265 podem ser colocadas num documento de ratificação do Protocolo de Nagoya. O Sr. **Márcio**
266 **Antônio Teixeira Mazzaro** explicou que, quanto ao marco legal, o MAPA construiu um projeto de
267 lei específico para alimentação e agricultura. Esclareceu que em relação ao questionamento da
268 Casa Civil quanto à possibilidade de junção dos dois marcos legais: um para alimentação e

269 agricultura e outro para os outros usos, o MAPA tem defendido que são sistemas diferentes.
270 Respondendo ao questionamento da Sr^a. **Márcia Chame dos Santos** de como o Itamaraty lida
271 com essa situação dentro do panorama internacional o Sr. **Saulo Arantes Ceolin** respondeu que
272 o Itamaraty gostaria de ver a ratificação esse ano e que caso isso não ocorra que se possa dar
273 continuidade ao debate interno. Esclareceu que os Ministérios foram consultados em todos os
274 momentos da negociação, e que não foi uma posição do Itamaraty, mas uma posição do Governo
275 Brasileiro para finalizar a negociação do Protocolo de Nagoya no Japão. Disse que no caso da
276 não ratificação o impacto transacional poderá aumentar porque será gerado outro ambiente de
277 negociação dos contratos comerciais de transferência de material e a não participação do Brasil
278 poderá prejudicá-lo. A Sr^a. **Daniela América Suárez de Oliveira**, solicitou esclarecimentos quanto
279 à expectativa do Itamaraty em relação à condição que o Brasil participará do primeiro encontro
280 das partes do Protocolo de Nagoya. O Sr. **Saulo Arantes Ceolin** respondeu que se houver
281 aprovação do Congresso Nacional para que a Presidenta ratifique o Protocolo no primeiro
282 encontro das partes, haveria um status de quase parte configurando um cenário possível e
283 melhor. Caso isso não ocorra o Brasil participará como observador. Exemplificou que entre as
284 questões que serão debatidas estão a aprovação das regras de cumprimento e a questão da
285 criação ou não do mecanismo global de repartição de benefícios.

286 287 **5. Informes**

288
289 O Sr. **Carlos Scaramuzza** propôs que dentro dos itens dos informes se privilegie o da
290 comemoração do Dia Internacional de Biodiversidade e o do ARPA deixando para outro momento
291 as apresentações 4.1 e 4.3. Destacou que os informes 5.2 e 5.3 foram feitos pela manhã e
292 reiterou que diziam respeito ao prazo para envio dos comentários sobre o 5º Relatório para a
293 CDB. Informou que o envio do relatório ocorrerá no dia 15 de agosto e os comentários poderão
294 ser enviados até o dia 21 de julho de 2014. O Sr. **Hugo Vercillo** deu início ao informe sobre o Dia
295 Internacional da biodiversidade. Relatou que no evento, sob coordenação da Ministra, foi
296 destacado o Brasil como um dos países líderes de biodiversidade e sobre os compromissos
297 nacionais e internacionais ratificados nas Metas de Aichi. Destacou a Portaria 43/2014 onde se
298 definem as responsabilidades no âmbito da esfera do Ministério do Meio Ambiente para
299 conservação das espécies e onde se definem outras ferramentas e metas. Informou sobre o
300 resultado da primeira etapa de avaliação do estudo da fauna brasileira, coordenado pelo ICMBio
301 no período de 2010/2014. Ressaltou a publicação da Portaria pela Ministra, destinando 10% da
302 compensação ambiental para atividades que tenham como objetivo conservar a fauna e a flora em
303 unidade conservação. Citou o anúncio de uma parceria com MCTI, CNPq e o Ministério do Meio
304 Ambiente, para inserir o tema de espécies ameaçadas dentro dos editais permanentes, no MCTI e
305 CNPq. Informou sobre a publicação da Portaria, para combate os lixos ambientais, onde o Ibama
306 coordenará ação focada em acabar com a caça a 7 espécies alvo como também sobre a inclusão
307 no Bolsa Verde de áreas fora de unidades de conservação, importantes para conservação de
308 espécies. Apresentou as medidas de redução de impacto à pesca com a publicação de Instruções
309 Normativas Ministeriais para proibição da pesca, de tubarões martelo e tubarão lobo preto.
310 Destacou ainda a moratória à pesca da piracatinga. Entre outras medidas destacou a formalização
311 e anúncio interno no país de que o Brasil mais uma vez vai liderar, no âmbito da CIB a inclusão da
312 proposta de criação santuário das baleias do Atlântico Sul. Informou sobre a determinação de que
313 serão apresentados estudos para criação de unidades de conservação chaves para espécie
314 ameaçadas. Destacou que no Dia Internacional da Biodiversidade foi assinado pelo Presidente do
315 Instituto Chico Mendes um plano de ação com vistas a reverter o risco de extinção do Tatu-Bola.
316 Destacou a criação de um prêmio anual da biodiversidade com o objetivo de identificar e
317 reconhecer as iniciativas que contribuem para conservação da espécie da biodiversidade
318 brasileira. Falou ainda sobre uma menção honrosa ao Instituto Baleia Jubarte e a Petrobrás pelo

319 esforço realizado nos últimos anos de monitoramento e geração de informações sobre a
320 conservação das baleias jubarte que culminaram na sua saída da lista de espécies ameaçadas,
321 para categoria quase ameaçada.

322
323 O Sr. **Sérgio Collaço Carvalho** deu início ao informe sobre o Projeto Áreas Protegidas da
324 Amazônia (ARPA). Informou que é um programa com três fases, que atualmente o projeto se
325 encontra no último biênio da fase II e que quase todas as metas foram alcançadas ou estão
326 próximas de serem alcançadas. Explicou que o programa hoje opera com cinco categorias de
327 unidade de conservação, parque, reserva biológica, estação ecológica, Resex e RDS. Destacou é
328 esperado que sejam alcançados entre seis e oito milhões de hectares de criação até 2015, o que
329 significa que será atingida a meta de existência de 30% da Amazônia protegida como unidade de
330 conservação proposta e aprovada pela Conabio. O Programa tem quatro componentes: criação de
331 unidades de conservação, sustentabilidade financeira, coordenação e manejo e gestão e
332 consolidação das unidades de conservação. Atualmente 12,42% da Amazônia brasileira está
333 protegida pelo Programa Arpa. Salientou que o ARPA apoia Estados com grandes
334 desmatamentos e destacou que recursos são utilizados para operação de fiscalização,
335 manutenção da unidade e no auxílio em questões relacionadas ao desmatamento. Falou que a
336 terceira fase do programa Arpa, a grande novidade é o arranjo que prepara o programa para se
337 abrir um pouco mais. Foi realizada uma articulação do Linden Trust, Rede WWF, Funbio,
338 Ministério do Meio Ambiente e outros parceiros, para compor um fundo de transição, que é uma
339 nova ferramenta de financiamento, representando uma estratégia de sair de um arranjo de
340 doação, para o arranjo de financiamento com recursos próprios. O programa atualmente é regido
341 por um Comitê do Programa que toma as decisões técnico-políticas e um Comitê do Fundo de
342 Transição que regula quanto vai entrar de recurso para o projeto. Destacou que a novidade
343 interessante é que o Ministério do Planejamento agora integra o Comitê do Programa. Finalizou
344 informando sobre a assinatura da Portaria MMA 187/2014 que estabelece a terceira fase do
345 programa Arpa que agora é de 25 anos com meta de sessenta milhões de hectares a serem
346 protegidos nas cinco categorias atuais.

347
348 **6. Encerramento:** Após os informes, o Sr. **Carlos Scaramuzza** declarou o encerramento da 56ª
349 Reunião Ordinária da CONABIO às 17h30.

350
351
352

Brasília, 04 de junho de 2014